

(Re)Pensar a Sociologia dos Conflitos: a Disputa Paradigmática entre a Paz Negativa e/ou a Paz Positiva*

Maria da Saudade Baltazar

Auditora do Curso de Defesa Nacional 2006. Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora

Resumo

É inegável que vivemos, hoje, num mundo inseguro e com um futuro incerto. Não obstante a especificidade das relações conflituais da sociedade actual, os conflitos são omnipresentes na vida social e podem assumir diversas formas.

Com este trabalho pretende-se contribuir para uma abordagem diacrónica das teorias dos conflitos, sendo privilegiada a perspectiva sociológica. Assume-se como objectivo alcançar um maior entendimento sobre a teoria dos conflitos e correspondente capacidade de análise da sociedade actual face à proliferação de novas formas de conflitos.

Num primeiro momento, defende-se o interesse da teorização sociológica sobre o conflito, subsistindo um dilema teórico no que respeita ao consenso e ao conflito social.

Seguidamente, evidenciam-se os avanços alcançados nas áreas dos estudos da guerra, do conflito e da paz, cujos resultados alcançados têm possibilitado a condução de políticas públicas de promoção da paz.

A tendência para a desatualização de grande parte dos modelos teóricos face à especificidade da “nova ordem” mundial, parece apontar para a necessidade de se reforçar a teorização com vista a uma maior compreensão da sociedade de hoje.

Abstract

(Re)thinking Conflict Sociology: the Paradigmatic Debate between Negative Peace and/or Positive Peace

It is undeniable that nowadays we live in a unsafe world with an uncertain future. In spite of the specifcness of the conflicting relationships of the current society, the conflicts are omnipresent in the social life and they can take different forms.

The aim of this article is to contribute to a diachronic approach of the conflicts theories by emphasizing the sociological perspective. It is our goal to reach a bigger understanding of the theories of conflict and a correspondent capacity to analyse the current society in the face of the proliferation of new ways of conflicts.

First it is sustained the importance of sociological theorization to conflict analysis, persisting a theoretical dilemma concerning the consensus and the social conflict.

Afterwards the article shows the advances reached in the areas of war studies, conflict studies and peace studies whose results has made possible to lead public policies towards peace promotion.

The trend towards the outdated character of great part of the theoretical models as a result of the specifcness of the “new world order”, seems to point out to the necessity of strengthening theoretical approaches in order to achieve a deeper insight into nowadays society.

* O presente texto corresponde ao trabalho de investigação individual do CDN 2006.

Introdução

A temática da Segurança e Defesa Nacional, entendida no seu âmbito mais alargado como actividade multidisciplinar e interdepartamental, reforça e amplia a capacidade de compreensão a que a sociedade actual nos remete, face ao contexto de progressiva mudança em que vivemos.

Num momento em que tanto se discute o conceito de globalização, as questões que se reportam à segurança e defesa encontram-se manifestamente influenciadas por esta realidade e que se traduz na existência de novas formas de conflitualidade, que de modo rápido ultrapassam as fronteiras nacionais e se transformam em sérios desafios mundiais à segurança humana. Estamos perante um mundo mais incerto e formado por complexos riscos e onde as ameaças não são facilmente identificadas. Como Giddens afirma, estamos perante um *novo perfil de risco*.

Esta evidência vem contrariar os mais optimistas ao preconizarem, com especial incidência a partir do fim da Guerra Fria, a existência de uma paz duradoura, pois as ameaças à segurança humana não desapareceram, ao invés tornaram-se multiformes e em simultâneo próximas e distantes. A dinâmica da nova ordem mundial não pressupõe o eliminar da violência organizada do panorama internacional, contrariamente ela encontra-se generalizada, ainda que feita de conflitos localizados. O fim do confronto bipolar entre super potências não deu origem a um mundo liberto de violência, mas sim a um mundo mais incerto e constituído por complexos riscos e onde as ameaças não são facilmente identificadas. Volvidos cinco anos após o 11 de Setembro de 2001, sem margem para qualquer equívoco, o mundo está perigoso como nunca!

Mas porquê tanta insegurança? O século XX não foi o século da democracia, e o fim da Guerra Fria não foi o capítulo final das ameaças totalitárias?

Da Breve Problemática do Tema aos Objectivos de Estudo

Num mundo mais inseguro e com um futuro incerto, o aprofundamento da mundialização pode querer significar que atingimos a última fase da “aldeia global”. O sistema global não pode ser tido apenas como um produto económico e tecnológico da globalização, mas é de igual modo um produto cultural, social e jurídico de um processo histórico que aproximou os cidadãos de todos os países, e tornou o mundo numa aldeia global.

Mas “a globalização atingiu um estágio trágico e aplica-se – mas como poderia ser de outro modo? – igualmente às questões de segurança.” (Boniface, 2002:13).

Os atentados ao *World Trade Center* e ao Pentágono marcaram, definitivamente, a partir de então, a vida política internacional e reforçaram a sua singularidade enquanto evento de fulcral importância no contexto internacional, desde a promissora queda do Muro de Berlim no Outono de 1989. Na sequência, iniciou-se o combate ao terrorismo e o mundo nunca mais voltaria a ser como dantes, dando mesmo lugar à redução das liberdades civis em nome da segurança.

Mas os impactos destes atentados estão longe de se terem esgotado e inversamente projectar-se-ão num futuro fértil em eventos e surpresas, em que novos e porventura mais graves acontecimentos podem emergir. A Guerra Global ao Terrorismo foi declarada por George W. Bush, e passou a ser designada por alguns historiadores como a “Grande Guerra pela Democracia” (Ferguson, 2006).

Não obstante a especificidade das relações conflituais que caracterizam a sociedade actual, é-nos possível reconhecer a realidade conflituosa dos seres humanos que, segundo Kant, se trata da “sociabilidade associal” e que se relaciona com a “obscura metafísica moral”, mas que por seu turno criou tanto o conflito como a cooperação. Isto é, os conflitos são omnipresentes na vida social, ainda que possam assumir formas muito diversas e a guerra é a forma extrema.

Tratando-se de conceitos transdisciplinares, são múltiplas as abordagens teóricas que nos vários domínios científicos se têm desenvolvido ao longo dos tempos. Modelos teóricos que entre si apresentam pontos de contacto mas, em particular, denotam manifestas divergências entre si, dependendo da escola de pensamento em que se inserem e obviamente também influenciadas pelo contexto de produção.

É inegável que a Sociologia, enquanto Ciência Social, tem na sua génese vários dilemas teóricos básicos – temas de controvérsia e de disputa – referindo-se alguns deles a questões gerais relativas à forma como interpretamos as actividades humanas e as instituições sociais. Um desses dilemas teóricos fundamentais diz respeito ao *consenso* e ao *conflito* na sociedade. Isto significa que os sociólogos têm contribuído para a teorização do conflito, e que desde os seus fundadores se formula, de forma recorrente, a seguinte questão: o conflito é um elemento de regulação social?

Com o presente trabalho pretende-se contribuir para uma análise diacrónica sobre as teorias dos conflitos, privilegiando a perspectiva sociológica.

Parte-se, de igual modo, do pressuposto que actualmente se tende para um decréscimo de investimento teórico sobre o conflito, numa proporção inversa à magnitude da conflitualidade que caracteriza a sociedade contemporânea. Parece que a ideia da paz se converteu hoje numa ideia obsessiva, associada a um verdadeiro “estado de pacifismo”. Ou tal postura tenderá a alterar-se?

Estaremos a vivenciar mais um momento de dissonância entre a teoria e a prática? Estarão os modelos teóricos tendencialmente afastados da realidade social, cuja essência se justifica porque devem contribuir para a sua compreensão?

Procedimentos Analíticos, Opções e Práticas Metodológicas

Qualquer investigação é um caminho sinuoso cujas constantes encruzilhadas exigem ao investigador um sentido de orientação e uma capacidade de escolha que lhe permita atingir eficazmente os objectivos, ultrapassando os obstáculos que gradualmente vão surgindo ao longo da sua pesquisa.

Para o efeito, no presente trabalho perante a multidimensionalidade da temática em análise, optou-se por privilegiar a perspectiva sociológica, o que não significa que outras áreas disciplinares/científicas sejam totalmente preteridas, com vista a que se alcance um maior entendimento sobre a teoria dos conflitos e correspondente capacidade de análise da sociedade actual face à proliferação de novas formas de conflitos e de relações de tensão entre os indivíduos, ou grupos (de maior ou menor dimensão) de que fazem parte.

A diversidade de tais teorizações dificulta a apresentação de uma tipologia que sistematize a multiplicidade de critérios envolvidos, pelo que se pretende destacar aqueles que denotarem evidente articulação com as questões sociológicas clássicas e em paralelo maiores capacidades de aplicabilidade actual.

Embora consciente de que tais opções analíticas poderão condicionar o resultado final, provocando até mesmo algum segmentarismo analítico, procedeu-se a uma recolha exaustiva de obras da especialidade nos diversos domínios científicos, passo essencial em qualquer investigação; sendo que a pesquisa bibliográfica deve assentar num uso documental efectuado de forma crítica.

Pretende-se, pois, com este ensaio, contribuir para o debate e a actualização de conhecimentos sobre Segurança e Defesa Nacional.

1. A Teoria do(s) Conflito(s): em Busca de um Paradigma Ideal

A investigação social, como a própria designação sugere, corresponde à descoberta e conhecimento do universo humano e parte do pressuposto de que “o papel da teoria é tornar visível o invisível, definir padrões e conferir significados aos tipos de observações que normalmente são efectuadas pelos investigadores sociais quando estudam as sociedades e as culturas. É importante, todavia, lembrar que o mundo social contém vários padrões diferentes dependendo do modo como é encarado. (...) Compreender o mundo de diferentes maneiras é, aliás, um papel essencial da pesquisa social e a capacidade de ver tais diferenças e tornar inteligíveis os diversos pontos de vista é uma contribuição fundamental da teoria” (Moreira, 1994: 19).

Em Sociologia, a apreciação de abordagens teóricas constitui-se como uma tarefa difícil mas de igual modo formidável. Se por um lado, os debates teóricos são mais abstractos do que as controvérsias de natureza mais empírica, por outro, não existe uma abordagem teórica única que domine toda a Sociologia. Estas premissas podem indiciar um sinal de fraqueza! Este entendimento corresponde a uma falácia, uma vez que “a abundância de abordagens teóricas e de teorias rivais é uma expressão da vitalidade da Sociologia. Ao estudarmos seres humanos – nós próprios – a variedade teórica salva-nos do dogma. O comportamento humano é complicado e multifacetado e é muito pouco provável que uma única perspectiva teórica possa cobrir todas as suas características. A diversidade do pensamento teórico fornece uma fonte rica em ideias que podem ser a base de novas investigações e estimula as capacidades imaginativas tão essenciais ao progresso do trabalho sociológico” (Giddens, 2004: 666).

É evidente que certos tipos de teoria dispõem de uma capacidade explicativa superior a outros, e as opiniões também não são consensuais acerca do grau em que é útil ou desejável aos sociólogos empreenderem esforços teóricos de grande amplitude.

1.1 *O que sugerem as leituras?*

A proliferação da literatura sobre teoria dos conflitos tem sido uma realidade, no âmbito dos vários domínios disciplinares, com especial destaque para a teoria das relações internacionais, que se justifica dada a rapidez e a dimensão da mudança do sistema internacional, e consequentemente faz crescer a necessidade de estudos das novas e velhas teorias.

Tratando-se de um campo de estudos que está sujeito a uma persistente modificação nas suas dimensões metodológica e substantiva, acredita-se que nas ciências sociais em geral, resulta mais fácil compreender a teoria quando esta deriva e se desenvolve em ligação com os ensinamentos duradouros do passado (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003).

Com a entrada no novo século, e dado que o ritmo de mudança global que vivemos foi dramaticamente acelerado pela queda do Muro de Berlim, cresce a consciência de que tais mudanças tendem a ultrapassar a capacidade das teorias formuladas explicarem as alterações ocorridas assim como numa visão prospectiva anteciparem essa mudança. Face à dificuldade exposta importa fomentar a reflexão sobre aquilo que é transmitido do passado com vista a que sirva de base para novos desenvolvimentos teóricos.

As abordagens teóricas de autores clássicos podem evidenciar alguma desatualização face ao contexto actual, não obstante se tornarem relevantes para a plena compreensão de como evoluiu este domínio científico. De resto, os actuais teorizadores inspiram-se sempre na obra dos seus antecessores, possibilitando a integração ou comparação das novas teorias com as mais antigas. Deste modo, “as abordagens mais recentes, em vez de surgirem do nada e serem concebidas como absolutamente novas, devem amiúde ser vistas como reconstruções mais subtis ou mais complexas do que é uma reacção recorrente contra as teorias tradicionais” (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003: 13).

1.2 O Conflito é um elemento de Regulação Social?

As dissensões entre ideias desenvolvidas pelos pensadores clássicos e pelas perspectivas teóricas mais recentes são uma constante. Daí que em Sociologia sejam identificados alguns dilemas teóricos básicos, que no entendimento de Giddens (2004) são basicamente: i) consenso e conflito; ii) estrutura e acção; iii) o problema do género; iv) a formação do mundo moderno.

Para o primeiro caso, e de *grosso modo*, poder-se-á afirmar que algumas perspectivas sociológicas realçam a ordem inerente e a harmonia das sociedades humanas (identificando a continuidade e o consenso como os atributos mais evidentes das sociedades), enquanto que outros sociólogos acentuam a onipresença do conflito social, dado que as sociedades são afectadas por divisões, tensões e lutas. Frequentemente, os indivíduos não tendem a viver harmonicamente entre si e, quando não se estabelecem conflitos abertos, as profundas divisões de interesses podem dar lugar, a qualquer momento, a conflitos activos.

Para os primeiros – de destacar Emile Durkheim (1858-1917) e alguns pensadores funcionalistas, tais como Parsons (1902-1979) e Merton (1910-2003) –, uma sociedade tem uma existência contínua quando as suas instituições especializadas (sistema político, família, religião e sistema educacional) funcionam harmonicamente entre si, numa postura de cooperação e de consenso geral sobre valores fundamentais, enquanto que aqueles que defendem a perspectiva diferente, encaram a sociedade em estado de tensão permanente, e até “mesmo os sistemas sociais mais estáveis representam um equilíbrio instável entre grupos antagónicos” (Giddens, 2004: 671).

Trata-se de um dilema teórico que muito dificilmente será resolvido, em especial porque estas duas perspectivas analíticas parecem evidenciar maior antagonismo entre si, do que aquele que acontece efectivamente. Todas as sociedades pressupõem um determinado acordo geral sobre valores fundamentais, e concomitantemente todas implicam conflitos, o que induz a afirmar que estas duas posições teóricas não são totalmente incompatíveis, ou seja, diferentes grupos ou os seus membros defendem valores e objectivos que reflectem habitualmente uma mistura de interesses comuns e opostos – imagem bem ilustrada por Karl Marx (1818-1883) na luta de classes: “Nestas circunstâncias, o conflito aberto não é contínuo e, em vez disso, o que ambos os lados têm em comum tende a sobrepor-se às suas diferenças, enquanto em outras situações acontece o inverso” (Giddens, 2004: 672).

Nesta óptica importa ainda realçar a utilidade de um outro conceito – o da ideologia, tido como crenças e valores que possibilitam o domínio dos grupos mais poderosos sobre os menos poderosos – o que apela para a indissociável ligação entre poder, ideologia e conflito.

Além da sociologia marxista que sempre privilegiou esta abordagem da realidade social, podemos ainda recordar Max Weber (1864-1920), Georg Simmel (1858-1918), Lewis Coser (1913-2003), Raymond Aron (1905-1983), Wright Mills (1916-1962) e Ralf Dahrendorf como alguns dos sociólogos que se ocuparam do estudo do conflito social¹.

Dahrendorf é o principal expoente da ideia que a sociedade não pode existir sem conflito e consenso, os quais são entendidos como pré-requisitos um do outro². Em para-

1 Curiosamente, foi sobretudo na sociologia americana que a teoria do conflito foi mais esquecida – embora se possam destacar alguns teóricos, tais como William G. Sumner (1840-1910) e Charles Horton Cooley (1864-1929), R. Collins e W. Mills –, não obstante este ser tido como fundamental para a compreensão de grandes áreas das relações sociais.

2 A sua principal obra, intitulada “*Class and Class Conflict in Industrial Society*” (1959), é tida como um dos trabalhos mais influentes na teoria do conflito.

lelo realça a relação entre o conflito e a mudança, isto é defende que uma vez constituídos, os grupos de conflito se envolvem em acções que provocam mudanças na estrutura social: quando o conflito é agudo, as mudanças que provoca são radicais; quando acompanhado de violência a mudança estrutural é súbita.

Com vista a uma sistematização de abordagens dos conflitos, enquanto teoria explicativa da sociedade, poder-se-á afirmar que:

- O conflito é um factor de mudança social que estrutura e transforma os grupos ou as sociedades onde se processa;
- Para que o conflito se processe, basta que existam opiniões divergentes dentro de um aglomerado social, ou entre dois indivíduos;
- O conflito está intimamente ligado à estruturação das relações de poder e domínio, e a legitimação dessas mesmas relações e posições daí resultantes;
- O conflito estrutura-se consoante o contexto ou a situação em que se processa, sendo também a sua influência na sociedade condicionada segundo esses factores.

Numa perspectiva sociológica, a origem do conflito encontra-se na estrutura social. Em todas as sociedades há interesses desiguais para os cidadãos e para os grupos, o que leva alguns deles a assumirem posições de domínio relativamente aos outros. Por seu turno, e da parte dos restantes surge a recusa desse domínio.

O pressuposto de que os conflitos surgem da própria estrutura social implica a existência de conflitos latentes e manifestos. Existem conflitos velados que não se exteriorizam e que podem pôr-se de manifesto sob a acção de circunstâncias propícias, produzindo-se o que Dharendorf (1959) designa a sua *cristalização*, o que significa que os interesses latentes encontrados, vão evoluindo para uma organização consciente em grupos antagónicos que se afirmam um contra o outro na contenda.

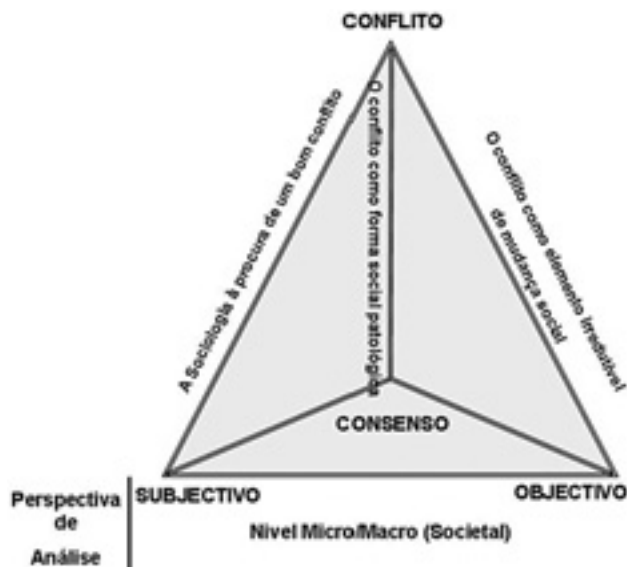
O teórico mais destacado que se esforçou para desenvolver uma teoria do conflito sintética e integrada é Randall Collins. A sua obra *Conflict Sociology* (1975) revela-se bastante integradora porque tem uma orientação mais micro que a teoria do conflito macro de Dahrendorf e outros. Nela, a análise do conflito não é ideológica e sustenta-se no facto do conflito ser entendido como o processo central da vida social. Aborda o conflito a partir de um ponto de vista individual (pois as raízes teóricas de Collins residem na fenomenologia e na etnometodologia), embora esteja consciente de que uma sociologia eficaz não se pode centrar exclusivamente no nível micro, logo a sociologia do conflito não se pode construir sem o nível societal de análise.

No contexto desta discussão encontra-se ainda o debate sobre o carácter normativo da teoria em ciências sociais e, em particular, da sociologia do conflito, isto é, a dimensão normativa não está totalmente ausente desta área, a qual se insere na progressiva busca da definição do “conflito aceitável”. Esta preocupação encontra-se ilustrada na *teoria dos campos* de P. Bourdieu, em que para além de cada um destes se constituir como um espaço de socialização é de igual modo um espaço de competição (que pode assumir formas positivas).

Como corolário da apresentação das perspectivas analíticas que se têm desenvolvido ao longo dos tempos na Sociologia, sem que se omita o facto de que as condições sociais existentes em dada época assumem uma fulcral importância no desenvolvimento desta ciência social, veja-se o esquema da figura 1 que pretende contribuir para a identificação das principais dimensões analíticas que têm sido escolhidas para se teorizar no âmbito da sociologia dos conflitos.

Em que medida o conflito é um instrumento normal ou legítimo de regulação dos antagonismos entre os indivíduos/grupos? Que formas de conflito podem ser consideradas como normais/aceitáveis?

Figura 1 - O conflito *versus* consenso: choque de perspectivas sociológicas?



2. A Guerra como Forma Extrema de Conflito: da Polemologia à Irenologia

As múltiplas formas de conflito – da violência/guerra ao conflito jurídico; da violência física ao antagonismo verbal, à competição e à controvérsia, etc – podem contribuir, de forma destacada, para um maior entendimento da evolução e progresso sociais, como anteriormente se abordara.

Como processo interactivo que ocorre num determinado contexto, o conflito “é uma construção social, uma criação humana diferenciada da violência (pode haver conflitos sem violência, mas não violência sem conflito) que pode ser positivo ou negativo segundo o modo como se inicia ou termina, com possibilidades de ser conduzido, transformado e superado (pode converter-se em paz) pelas mesmas partes, com ou sem a ajuda de terceiros, que afecta as atitudes e compromissos das partes, e como resultado de tais disputas, é produto de um antagonismo ou uma incompatibilidade entre duas ou mais partes, o resultado complexo de valores, atitudes instintivas, afectos, crenças, etc., e que expressa uma insatisfação ou desacordo sobre coisas diversas”. (Fisas, 2004: 30).

Como é natural, a sociedade busca diferentes procedimentos para ir resolvendo ou minorando os efeitos dos conflitos que surgem. E são sempre múltiplas as possíveis respostas ao conflito, que poderá passar pela negociação com a parte adversária até à sua destruição.

Para alguns, a gestão de um conflito é tida como óptima quando limita as respostas, na faixa do *continuum* do conflito, com vista à não inclusão da violência física e da guerra, pelo que a forma mais extremada, e última, que pode assumir o conflito, enquanto contraposição de interesses e/ou percepções e que está sempre presente em todas as sociedades e actividades humanas, é a guerra.

Mas poderemos entender a guerra como um fenómeno conflitual e isolado ou, ao invés, devemos abordá-lo enquanto manifestação organizada de um fenómeno mais vasto e enquadrado num nível específico da estrutura social?

Estamos mais uma vez perante a falta de unanimidade neste campo teórico, dado que “os cientistas sociais encontram-se longe de um acordo sobre se o conflito humano pode ser satisfatoriamente explicado em termos de um contínuo em que os surtos violentos diferem entre si apenas devido a fenómenos acidentais tais como a natureza das partes em conflito, a amplitude, a duração, a intensidade, a natureza das questões e dos objectivos a alcançar, os processos e os modos do conflito e as armas empregues. Outras abordagens acentuariam as causas mais profundas ou distinguiriam o

Figura 2 - A multiplicidade de respostas possíveis ao conflito social



Fonte: Adaptado de Fisas, 2004: 30

conflito humano como uma série indefinida de fenómenos diferentes em que cada um deles, e apesar de uma semelhança superficial e externa com os outros, requer a sua privativa explicação teórica” (Dougherty e Plalzgraff, 2003: 251).

E é nessa busca de uma certa autonomia teórica sobre a guerra, e de igual modo sob a forma de estudo científico da guerra, que se encontram outros projectos intelectuais, nos quais se encontram sociólogos como protagonistas.

2.1 Com Enfoque sobre a Guerra: War Studies e/ou Conflict Studies

No momento actual, grande parte das mais antigas teorias da guerra³ e das suas causas seriam consideradas «pré-científicas», não obstante muitas delas terem sido desenvolvidas com base em dados empíricos oriundos da história e da experiência

3 De tais pensadores poder-se-ão destacar Mo-ti, Confúcio, Mêncio, Heraclito, Platão, Aristóteles, Péricles, Tucides, Maomé, Santo Ambrósio, Santo Agostinho, entre outros.

humana. O pioneirismo destas, para além dos conhecimentos e percepções que contêm, justifica desde logo a atenção que ainda lhes é dada e como são consideradas parte da nossa herança cultural; permitem ainda, revelar como foi encarado o problema da guerra noutras épocas históricas e por que não foi sempre concebido como o maior dos males. Paralelamente, as teorias em causa reflectem também as motivações conscientes para fazer a guerra e as suas racionalidades, as quais podem ser causais ao nível da tomada de decisões; fornecem também argumentos psicológicos, políticos, sociológicos, religiosos e filosóficos a favor e/ou contra a guerra, quer em circunstâncias gerais quer em circunstâncias específicas. (Dougherty e Plazgraff, 2003).

Tendo sido uma preocupação de longa data, privilegiadamente entre analistas, políticos, historiadores e militares, também inspirou a literatura, a música e a arte, o que revela que a guerra foi e permanece como uma das maiores preocupações da humanidade.

“As provas arqueológicas, antropológicas e documentais de que dispomos indicam que a guerra, o conflito armado entre grupos politicamente organizados, tem sido a norma universal ao longo da história humana. Torna-se irrelevante saber se isto resulta de uma agressividade inata, ou se essa agressividade nasceu da necessidade de lutar pela posse de bens escassos como a água e a terra” (Howard, 2004: 13).

A guerra é um fenómeno global e com expressão em todas as regiões do mundo, que desafia todos os aspectos das sociedades onde eclode, pelo que os estudos da guerra são imprescindíveis para contribuir para uma maior compreensão da guerra como fenómeno social e, como tal, evitável.

A polemologia – ciência da guerra – considera-a como uma enfermidade e não como um mal logo, como qualquer enfermidade, pode ter um remédio ou um tratamento preventivo.

A história da polemologia, neologismo proposto por Gaston Bouthoul⁴ (1942) fornece a ideia de um projecto intelectual com inegáveis capacidades de mobilização de outros teóricos. São estudos pluridisciplinares desafiantes que determinam o re-

4 Gaston Bouthoul (1896-1980) foi um sociólogo francês especialista do fenómeno da guerra. Considerava que a guerra tem como base a heterofobia, a tendência que cada um tem para temer o outro, por este ser diferente, uma heterobofia, considerada como um factor de agressividade negativa. Em 1945 fundou, com Louise Weiss, o Instituto Francês de Polemologia, cujas revistas «Guerres et paix» desde o final da década de 60 e depois «Études polémologiques» divulgaram informações sobre a temática, com especial destaque para as tabelas de frequência do fenómeno guerra e verdadeiros barómetros das violências colectivas.

curso a múltiplas áreas das ciências sociais. Com esta ciência pretendeu-se construir uma sociologia da guerra, compreender o fenómeno social – guerra, seus ciclos, suas funções e formas de resolução. Dito de forma mais simples: “estudar a guerra para preparar a paz”!

G. Bouthoul assume uma definição instrumental de guerra, entendendo-a como luta armada e sangrenta entre agrupamentos organizados defendendo, de igual modo, que o seu conhecimento constitui os fundamentos de um “novo pacifismo intelectual”.

Um outro contributo para a consolidação desta área científica foi dado por Julien Freund (1921-1993)⁵, filósofo e sociólogo francês, detentor da vontade de abordar e descrever a verdadeira natureza da política para além das contingências históricas e ideológicas. Durante a II Guerra Mundial participou activamente na resistência, período que marca o seu abandono de uma concepção idealista da política. A sua teoria radica numa visão conflitual da sociedade e, como Vilfredo Pareto (1848-1923), defende que a ordem social está fundada sobre o equilíbrio mais ou menos sensível entre as forças antagónicas. Assim, o equilíbrio desta ordem nunca pode encontrar uma solução definitiva, mas somente um compromisso, razão porque a ordem política é determinada, na sua maioria, pelo jogo dialéctico entre quem comanda e quem obedece.

Por seu turno, Klaus Gantzel (1981), com base na análise dos estudos realizados sobre as causas das guerras, conclui que parece não existir uma relação directa entre conflitos (tidos como divergências de interesses) e guerra, e a frequência dos primeiros não corresponde à da segunda. Deste modo, pressupõe que a guerra é uma determinada forma de regular os conflitos e que se caracteriza pelo uso da violência a grande escala. A guerra é portanto uma opção, pois não é um recurso inevitável, e o conflito pode ser tratado mediante outros meios. Averiguar os motivos por que se toma uma opção e não outra, é provavelmente o principal desafio da polemologia e um dos aspectos essenciais a considerar na reflexão sobre a paz. Esta questão pode ser analisada a partir de quatro perspectivas:

- “Os interesses em jogo e a análise dos grupos ou classes que representam esses interesses;

5 J. Freund fundou algumas instituições de vocação regional, como o Instituto de Polemologia de Strasbourg. Foi uma destacada figura do denominado “realismo político”, corrente académica na qual figuram intelectuais como Aron, Mosca, Miglio, Pareto, Schmitt, Weber, entre outros.

- A estrutura sócio-económica em que estão enraizados esses interesses;
- A estrutura política mediante a qual esses interesses se desenrolam;
- O aparelho militar utilizado como instrumento de acção” (Gantzel, 1981 *apud* Fisas, 2004: 34 e 35).

Se as diversas concepções sobre as origens da guerra se podem sistematizar, segundo A. Cabral Couto (2000) em três grandes categorias, tais como: as de natureza filo-providencialista ou teleológica, as bio-sociológicas e as evolucionistas, prescindir da guerra pressupõe ir muito mais além do que o desarmamento e desmilitarização porque não é suficiente actuar sobre as estruturas omitindo a acção sobre os núcleos da subjectividade (valores, crenças e receios).

Paralelamente não se pode negligenciar a ideia de que a guerra não é um fim em si mesmo. “A expressão famosa de Clausewitz de que a guerra não é senão a continuação da Política por outros meios, mostra a subordinação da guerra à política como de um instrumento a um fim” (Couto, 2000: 23).

É evidente que a análise deste fenómeno resulta bastante complexa e as suas causas, manifestações e efeitos variam de acordo com o tempo e o lugar. Este pressuposto poderá ser tido como um dos prováveis factores explicativos para que a polemologia, desde a morte de G. Bouthoul, tenha sofrido um verdadeiro revés no desenvolvimento dos seus métodos de estudo. Sessenta anos depois da sua criação, o Instituto Francês de Polemologia⁶ e as suas revistas desapareceram (existindo agora “Culturas e conflitos”, revista do Centro de Estudos dos Conflitos); o espaço ocupado pelas publicações desta área, nalgumas livrarias parisienses, onde tradicionalmente assim era designado, passou a ser rebaptizado por “Estratégia”.

A óptica da mudança parece inserir-se na necessidade de privilegiar uma Sociologia Política do Internacional, centrada no conflito, sem fazer referência ao projecto inicial da polemologia: “compreender é o mesmo que prever e prevenir a guerra”.

Não obstante a aparente inversão do “período de glória” da disciplina (vivido com especial ênfase nos anos 70), admite-se que este campo científico continua a servir os interesses dos estudos transdisciplinares, mais com a orientação de estudo histórico ou estratégico dos conflitos e não tanto como estudo da guerra em si, das suas causas e consequências.

6 De referir a ainda sobrevivência do Instituto de Polemologia fundado por Julien Freund, na Université Marc Bloch – Strasbourg.

Tal leva a afirmar que, actualmente, a polemologia engloba não somente aqueles estudos que têm relação directa com a teoria geral dos conflitos internacionais, mas também outras investigações como o carácter dos conflitos culturais em períodos de transição, as relações entre o crescimento demográfico e a guerra, as relações entre o espírito bélico e outros aspectos dessa mesma cultura, e a estratégia militar geral.

Num período onde os conflitos armados ocupam o primeiro plano da actualidade, parece pertinente questionar as motivações que se encontram na origem de tais alterações. Terá sido o objecto da polemologia inadequado ao projecto intelectual que lhe deu origem? O objecto de estudo tem apresentado dificuldades para se adaptar às características do mundo dos dias de hoje?

Paralelamente, admite-se que a abertura da polemologia às questões anteriormente enunciadas a impeliu, de modo progressivo, a sofrer os efeitos da “concorrência internacional”, isto é, a descrição da guerra como constante da história susceptível de regularidades observáveis passa a confrontar-se com os *peace research* – a irenologia⁷. A diferença entre si não é apenas semântica, dado que desde os anos 70 do século XX começaram a emergir novas áreas do conhecimento, que propõem uma visão mais “politicamente correcta” da guerra – violência estrutural, ideia que floresceu nos países nórdicos e que foi a fonte de inspiração de numerosos centros de investigação.

2.2 *Com Enfoque sobre a Paz: Peace Studies*

A preocupação com os estudos sobre a paz surge porque, se bem que a comunidade académica tenha investido enormes recursos e envolvido pessoas de reconhecido talento a abordar as causas e as formas de guerra, os esforços para aprender acerca da paz e modos de lutar por ela tinham até aí sido dispersos, desorganizados e autónomos (com precário ou inexistente enquadramento institucional) e, como tal, incapazes de constituir um campo de estudo distinto, organizado e coerente. É frequente admitir-se que a relação de grande parte da comunidade académica com o “sistema de guerra” se havia caracterizado por uma grande cumplicidade e por uma participação quase plena. Neste entendimento, os estudos sobre a paz são tidos como uma maneira de reorientar um corpo expressivo de professores e investigadores

⁷ O termo irenologia é construído a partir da palavra grega *Eirene* que designa a paz.

para a análise e desmistificação desse sistema. Isto pressupõe que as disciplinas tradicionais tratavam a guerra como um fenómeno inevitável ou como um instrumento de análise útil, e os estudos para a paz procuram tratá-la como um problema humano.

O principal desafio com que se confrontava a nova corrente de investigação era precisamente converter a paz no seu objecto de análise (M. Guzmán, 2004).

A irenologia – ciência da paz – é umas das áreas que constituem os estudos de segurança, tal como a polemologia, e tem como objecto o estudo dos conflitos armados com a finalidade de os moderar, prevenir ou reduzir, isto é, tem como postulado base: as guerras constituem uma patologia social que deve ser irradiada.

Partindo da ideia de Henry Maine (1822-1888), que a guerra parece ser tão velha como o homem, enquanto a paz é uma invenção moderna, é possível acrescentar que os pensadores do Iluminismo inventaram a paz e que ao longo da história esta constitui uma permanente aspiração e que, só nos últimos dois séculos, foi considerada como objectivo possível e ou desejável pelos líderes políticos.

“A paz não é para a humanidade uma ordem natural: é artificial, delicada e extremamente instável” (Howard, 2004: 114). Se a guerra está profundamente ligada à actividade humana e ao que é exclusivo do homem, a paz não pode ser tida como um objectivo simples. No entanto, e na concepção de Francisco A. Munõz (2003), uma das maiores vantagens é que a paz pode ser sentida, percebida e pensada a partir de muitos pontos, espaços e âmbitos: desde pessoas religiosas a activistas da política, passando por todo o tipo de altruístas e filantropos, voluntários de ONG, investigadores da paz, governantes, grupos e pessoas, culturas, etc, quase todos são detentores de uma «ideia de paz» baseada em diversas experiências e adquirida por diferentes vias, o que leva a afirmar que *temos um enorme potencial para a construção da paz!*

Importa, desde já, clarificar que embora a paz não seja apenas a não-guerra – a paz é algo mais que a ausência da guerra – é também evidente que a guerra é a negação da paz.

Johan Galtung⁸ é pioneiro nos estudos da paz e, seguramente, uma das pessoas que mais tempo lhe tem dedicado. É também reconhecido mundialmente como fundador

8 Johan Galtung é doutor em sociologia e em matemática. De nacionalidade norueguesa, fundou em 1958 o Instituto de Pesquisas da Paz em Oslo, e o *Journal of Peace Research*, em 1964. É também co-fundador, em 2000, do Nordic Institute for Peace Research.

da disciplina académica “Pesquisa de Paz “ e mentor no campo da mediação e da transformação de conflitos, quer no âmbito teórico quer prático⁹.

Nas suas inúmeras publicações demonstra que a contraposição à paz não se encontra na guerra, mas sim na violência. Deste modo, qualquer definição do que se entende por paz significa/implica uma ausência ou uma diminuição de todo o tipo de violência, seja ela directa - física ou verbal -, estrutural ou cultural, seja dirigida contra o corpo, a mente ou o espírito de qualquer ser humano ou contra a natureza. A paz, no seu sentido mais amplo, corresponde à soma da paz directa, paz estrutural e ainda a paz cultural. Galtung identifica, assim, o designado triângulo da violência, ao qual faz corresponder o triângulo da paz, em que a distinção dos vértices é efectuada com base nas temporalidades distintas que os animam:

- “A violência directa será o acto intencional de agressão;
- A violência estrutural (indirecta) decorrerá da estrutura social em si entre humanos ou sociedades - a repressão, na sua forma política, ou a exploração, na sua forma económica;
- E por fim, a violência cultural estará subjacente à estrutural e à directa, constituindo o sistema de normas e comportamentos que legitima socialmente” (Galtung, 1996: 2).

Tal pressupõe que a paz seja, também, a condição para que os conflitos possam ser transformados criativamente e de forma não violenta, isto é, cria-se a paz na medida em que é possível transformar os conflitos em cooperação, de forma positiva e criadora, reconhecendo os opositores e aplicando uma metodologia de diálogo.

A violência directa - óbvia e repentina - tem ocupado, tradicionalmente, o centro das atenções dos estudos para a paz, e que quando erradicada corresponde a uma paz negativa, enquanto que a eliminação da violência estrutural ou cultural - estática e oculta - dá origem a uma paz positiva. Este propósito corresponde à ambição de Galtung, uma vez que defende que a ausência de guerra por si só pode encobrir injustiças profundas que, caso não se tente a sua resolução, podem dar origem a potenciais conflitos violentos.

9 Desempenhou um papel decisivo na mediação e prevenção da violência em 45 conflitos armados no mundo, durante os últimos 40 anos.

“Galtung constrói, assim, uma distinção na conceptualização da paz que será basilar para o desenvolvimento desta disciplina – a «paz negativa» enquanto ausência de guerra e a «paz positiva» enquanto comunidade humana integrada, justiça social e liberdade” (Pureza e Cravo: 2005: 8).

Para que seja mais fácil apreender a amplitude do conceito aqui defendido, passa-se de seguida à sistematização das principais premissas que se lhe encontram subjacentes.

Figura 3 – O conceito de Paz na perspectiva de J. Galtung



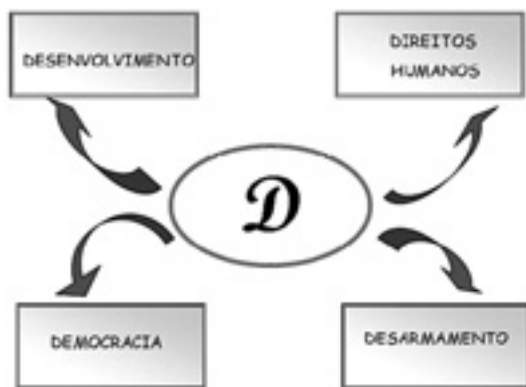
Fonte: Adaptado de Fisas, 2004: 19 e 20

Só a redução de todas as manifestações de violência conduz à paz, o que indicia desde logo uma perspectiva muito abrangente e de igual modo com alcance seguramente ambicioso, revelando tamanha magnitude a morosidade que se lhe encontra ine-

rente. Embora a paz plena seja tida como um objectivo inalcançável, toda a actuação humana deve ser orientada para esse fim.

Muitos estudos desenvolvidos no âmbito dos Centros de Investigação para a Paz, e numa perspectiva mais didáctica, reportam-se à paz como a conjugação e interacção de diversos “D”.

Figura 4 - A Quádrupla Dimensionalidade da Paz



A ausência de qualquer uma destas dimensões analíticas é factor de violência, quer a nível pessoal, social ou internacional; para tal a paz pode ser entendida como o processo de fortalecimento de cada uma delas e que, por seu turno, se reporta aos conceitos de segurança, identidade ou dignidade.

A paz, no seu sentido mais amplo, defendida por Galtung “põe a nu as dinâmicas globais de exploração, dando resposta à acusação de que os Estudos para a paz tradicionais pactuavam com a concepção dominante de poder e alargando o espectro da sua investigação-acção, anteriormente centrada na relação estratégica das superpotências e na lógica da dissuasão. Também a unidade de análise sofre uma ampliação, passando a abarcar, além do Estado-nação, as dinâmicas de classe e poder ao nível intraestatal e transnacional - uma mudança significativa relativamente ao paradigma dominante pós-1945” (Terriff *et al.*, 1999: 193).

Mas as reorientações normativas dos Estudos para a Paz foram ocorrendo progressivamente com vista a acompanhar as transformações do Sistema Internacional, facto

que se pode ilustrar com o ponto de viragem deste tipo de estudos, o final da Guerra Fria, que desde os anos 90 do século XX têm contribuído de modo directo para a resolução do crescente número de conflitos civis, longos e violentos, que teimam em desafiar a estabilidade da nova ordem mundial.

Tal postura permitiu a esta disciplina alcançar grande protagonismo junto das instâncias de decisão do sistema internacional, com particular destaque para as Nações Unidas, tendo sido apropriada por esses actores do sistema internacional para conduzir políticas públicas de promoção da paz.

Este facto tem potenciado a actual perda da sua inicial atracção retórica dada a descaracterização a que os estudos para a paz têm estado sujeitos pela padronização das políticas de *peacebuilding* da década de 90 que, simultaneamente, tendem a contribuir para a reemergência poliforme do realismo como discurso alegadamente mais adequado à circunstância do sistema de relações internacionais (Pureza e Cravo, 2005).

Tal como acontecera após a II Guerra Mundial, os ataques de 11 de Setembro, conduziram de novo ao domínio da corrente realista na análise das relações internacionais. Tenderão os estudos para a paz a se manterem reféns do pressuposto da inevitabilidade do conflito? Onde está a radicalidade que os caracterizou desde a sua génese? Arriscar-se-ão a uma marginalização, sendo remetidos apenas para determinados “nichos” da agenda mundial?

3. O Oscilante Lugar das Explicações Teoréticas num Universo em Conflito

A compreensão do mundo actual exige que tenhamos de ser capazes de raciocinar, em simultâneo, acerca de diferentes tipos de ideais – pressuposto que desde sempre foi tido como válido, mas que no novo contexto internacional assume uma proeminente importância. Pela análise diacrónica das principais explicações teoréticas, anteriormente apresentada, ficou bem patente a dificuldade destas manterem actualizada a sua capacidade de definir padrões e conferir significados às observações que emergem da sociedade contemporânea.

É certo que, os esforços no sentido de encontrar explicações amplamente sustentadas e de desenvolver uma capacidade prospectiva não são completamente novos; contudo, é no início do século XXI que se tornam mais evidentes as dificuldades inerentes à realização destes objectivos.

Neste início do século XXI, assiste-se à substituição do paradigma básico que orienta o nosso pensamento acerca do futuro da política internacional em particular, e das prováveis tendências evolutivas da actual sociedade. A importância da mudança de paradigma está no facto de que é o próprio paradigma que fornece a base para a construção da teoria, ou seja, é o paradigma que proporciona o quadro global de referência na identificação das variáveis que servem para a construção e desenvolvimento da teoria porque, constituindo-se como a primeira etapa na construção de teorias, o paradigma descreve os fenómenos a investigar.

Na concepção de Dougherty e Pfaltzgraff (2003), a referência à substituição de paradigmas pretende sublinhar a transição de um paradigma de estados - *state centric paradigm* que coexistem num mundo composto por duas superpotências, os seus aliados e os «neutrais» -, para um outro composto por uma multiplicidade de diferentes tipos de actores - *world paradigm*.

Globalmente, houve uma revolução tecnológica no desenvolvimento do armamento nuclear, uma revolução da informação, que reduz o papel da geografia e do território, um enorme crescimento da interdependência económica e uma emergente sociedade global, na qual existe uma crescente consciencialização acerca de determinados valores e direitos humanos que atravessam as fronteiras nacionais. Curiosamente, mudanças semelhantes foram antecipadas por I. Kant, na sua concepção liberal oitocentista da política internacional. Kant previu que, com o passar do tempo, os seres humanos evoluiriam para lá da guerra, por três razões: a maior destrutividade da guerra, o crescimento da interdependência económica e o desenvolvimento daquilo a que chamou de governos republicanos, e a que hoje chamamos democracias liberais.

Complementarmente poder-se-á afirmar que, enquanto a linha do poder político ocidental, defrontada com a globalização, viu acentuar a *crise dos Estados soberanos* (Nye, 2002), com muitos deles a decair para a categoria de *exíguos*, e com a *solidão* a rodear a *superpotência* sobranceira, a *sociedade civil* desenvolveu tendências e estruturas transnacionais e transfronteiriças; a *opinião pública mundial*, sonhada por Willson na paz de 1918, despontou com resultado evidente na libertação de Timor; *autoridades novas*, para além do Estado, muitas vezes usando apenas aquilo que Vaclav Havel chamou *o poder dos sem poder*, afirmam-se nos domínios da ciência e da tecnologia, da espiritualidade, ou sobem aos extremos da *guerra assimétrica* como acontece com os agentes do terrorismo global. O desafio que actualmente se coloca pela mudança

de paradigmas a que se assiste, implica um diálogo que inclua uma pluralidade heterogénea de agentes: entre estes agentes, os que falam pelo pluralismo das áreas culturais, os que falam pelo regresso das sociedades multiculturais que desactualizam as sociedades nacionais, fazendo regressar os *mitos raciais* que a UNESCO combateu, vendo aparecer os *mitos culturais*, provocando o aparecimento de *colónias interiores* de imigrantes, conflitos internos de alta intensidade como em França, e tensões que apontam para a subida aos extremos da guerra assimétrica (Moreira, 2006).

Tem-se, pois, a percepção que a cultura da violência está muito presente na nossa vida quotidiana e afecta, de maneira especial, milhões de pessoas em todo o mundo que têm de suportar conflitos armados de grande crueldade ou situações de injustiça, dominação, pobreza e sofrimento.

De acordo com dados publicados pelas Nações Unidas, com particular destaque para os que constam do *Relatório do Milénio*, o balanço estatístico revela-se sinistro. Durante o último século, as guerras entre países ceifaram a vida a cerca de 100 milhões de pessoas, e a violência política levou à perda de mais 170 milhões de vidas. Hoje em dia, o número de conflitos inter-Estados parece estar a diminuir. No nosso tempo, as pessoas morrem sobretudo em virtude de guerras dentro das nações – provocadas por insurreições, limpeza étnica e cobiça. Nos últimos dez anos, cinco milhões de pessoas morreram em conflitos armados dentro de fronteiras nacionais. Muitas dessas vítimas, em alguns casos até 90%, foram civis. As guerras actuais produziram cerca de 20 milhões de refugiados e mais de 24 milhões de pessoas deslocadas. Quase um terço de todos os países do mundo esteve envolvido em conflitos violentos, nos últimos dez anos. Na década de 1990, os conflitos mortais tiveram um custo, para a comunidade internacional, estimado em 200 mil milhões de dólares; este montante não inclui o custo incalculável para os países envolvidos, onde o desenvolvimento económico irá sofrer um atraso de décadas.

Como anteriormente foi abordado à luz das teorias desenvolvidas à época, é certo que os conflitos surgem de uma forma normal e contínua na sociedade humana, mas o mundo actual encontra-se, manifestamente, perigoso como nunca, embora queiramos teimar em defender uma “cultura pacifista”, e em que a ideia de paz se tem convertido numa ideia considerada mesmo obsessiva.

A actual situação internacional, tem sido contextualizada com realce para os índices de conflitualidade dos nossos dias, que necessariamente apresenta reper-

cussões no desenvolvimento de estudos sobre a paz e conflitos. Com o objectivo de ilustrar tal impacte, poder-se-á afirmar que os atentados de 11 de Setembro de 2001, têm provocado a abordagem de novos temas no âmbito das investigações para a paz, tais como:

- Estudos sobre novas guerras e terrorismo;
- Reforço dos estudos dos conflitos;
- Ampliação crítica dos estudos de desenvolvimento;
- Inclusão de novos debates entre modernidade e posmodernidade, temas de género, pós-colonialismo, etc. (M. Guzmán, 2005).

Tal ilustração reencaminha-nos para algumas orientações de estudo que haviam perdido a sua importância, alcançada noutros tempos e noutros contextos.

A polemologia, cujos estudos se enquadravam no paradigma da paz negativa, tinha como elemento fulcral a afirmação de que o *uso da violência armada* era um direito exclusivo dos Estados soberanos, e seriava as causas dos conflitos com base nos conceitos estratégicos de cada uma dessas unidades políticas, que no Ocidente, e depois da Batalha de Valmi (1792), segundo a notável observação de Goethe, travavam os combates não em nome dos príncipes mas das Nações.

Nos dias de hoje, a perversão deste pressuposto é que o terrorismo global aponta para um sistema que introduz valores religiosos no conceito estratégico que proclama, e oferece a salvação em troca da conquista do poder pela vitória armada.

Que consequências se poderão daqui apontar? Estamos a assistir a um redescobrir de perspectivas analíticas que já outrora tiveram o seu “momento de glória”? A complementaridade das explicações teóricas assume-se como um facto?

O debate paradigmático a que temos vindo a assistir, remete-nos para a ideia de que, face aos “novos atributos” da ordem internacional, “o resultado é que grande parte da conceptualidade que presidiu à racionalização e orientou a eficácia da ordem internacional das soberanias até ao esgotamento do império euromundista, está desactualizada, as novas propostas doutrinárias são frágeis, o tempo demorado que é exigido pela elaboração científica anda ultrapassado, em muitos sectores, pelo tempo acelerado das mudanças” (Moreira, 2006: 5).

Face ao exposto, parece ser possível afirmar que a guerra é também de palavras e ideias. O debate teórico em Relações Internacionais é um outro campo de batalha! A centralidade obsessiva que a guerra passou a ter na agenda das relações interna-

cionais em detrimento de políticas diversificadas e multilaterais de promoção do desenvolvimento económico e humano teve evidentes impactos no terreno teórico. Esses impactos situam-se em dois planos. Em primeiro lugar, uma renovada força das teses realistas, para as quais, num sistema internacional anárquico, é a acumulação de poder e a sua afirmação simbólica e material (*a power politics*) que constitui a referência fundamental. Por outro lado, todavia, descortina-se em algumas elaborações teóricas uma preocupação de sentido oposto: a de apontar caminhos para uma superação desta hiper-centragem da agenda internacional sobre a guerra. Entre muitos outros, é o caso de Mary Kaldor (2003), para quem a resposta adequada à ofensiva de “globalizadores regressivos” como a Al-Qaeda – que se organizam como as redes globais de empresas ou de ONG’s mas para afirmarem o seu ódio fanático à modernidade – não pode ser outra senão a de “globalizadores progressistas”, isto é, que pretendem desenvolver uma estratégia de governação global baseada na lei e na articulação entre as sociedades civis e as instituições internacionais.

O nosso desejo de paz, reclama a elaboração de teoria sobre a paz porém, a base epistemológica desta reside nas teorias dos conflitos, o que revela a validade da persistência do clássico dilema teórico sociológico do consenso/conflito.

Coloca-se a questão da intensidade da qualidade pacífica das relações sociais nas mais diferentes escalas e que, de acordo com as características mais proeminentes do contexto societal, se vão escalonando com base nos factores de maior poder explicativo do momento de produção teórica.

Assim sendo, pensar a paz na actualidade parece implicar a devolução à aspiração da paz negativa um lugar nobre que ela perdera porventura no percurso evolutivo dos *peace studies*. Parece também pretender-se romper com a ambição maximalista de uma plena paz (baseada na articulação galtunguiana da paz positiva directa, paz positiva estrutural e paz positiva cultural). A superação do pensamento dicotómico dos estudos para a paz – entre o pacífico e o violento, o bem e o mal – dando lugar à aceitação da existência de um sem fim de situações intermédias sujeitas a diversas dinâmicas, é outra aposta actual.

A ideia da paz imperfeita (Munõz, 2005), constante na (re)edificação do campo teórico das Ciências Sociais e da Sociologia em particular, parece evidenciar plena aplicabilidade no novo mundo, que não é e não será perfeito!

E é nessa continua ambição que a procura das metas normativas e analíticas que fazem parte do legado da teoria sociológica vai seguramente continuar!

Conclusão

Vivemos actualmente num mundo perigoso e com tendência para ficar ainda mais perigoso. “Os perigos gémeos do terrorismo e das armas de destruição maciça apresentam-se-nos com um ambiente de segurança radicalmente alterado. Qualquer conflito irá provocar maiores perdas do que antes acontecia. É essencial que comecemos desde já à procura de soluções políticas para os nossos problemas e para os dos outros (...) As velhas soluções para os problemas da ordem internacional - equilíbrio ou hegemonia - não parecem ser interessantes” (Cooper, 2006: 93).

Perante tal evidência, o postulado de que para compreender o presente é preciso entender o passado assume, agora, uma verdadeira força motriz, o que significa que no campo teórico, é de reconhecido interesse fomentar a reflexão sobre aquilo que é transmitido do passado para que sirva de base ao desenvolvimento de novos modelos analíticos do mundo em que vivemos.

Este tem sido sempre o entendimento geral, e em particular dos cientistas sociais, pelo que a Sociologia - desde a sua génese - tem como preocupação a compreensão das actividades humanas e das instituições sociais, e em que o dilema teórico, que respeita ao consenso e ao conflito social, se continua a colocar.

A paz e a guerra são conceitos que se conjugam entre si, e tal como para o conflito e consenso podem ser entendidos como pré-requisitos um do outro, e os sociólogos têm-se vindo a destacar no contributo, que ao longo dos tempos, prestam para um crescente entendimento destas dimensões sociais uma vez que os conflitos podem ser percebidos de maneira positiva ou negativa em função dos mecanismos de regulação utilizados.

A proliferação de explicações teóricas costuma encontrar-se associada a períodos históricos de grande perturbação social, económica e política. E foi depois da II Guerra Mundial, que a paz começou a ser considerada como um objecto de estudo científico. Durante os anos 50, a polemologia consolidou-se de forma significativa com a intensa corrida ao armamento convencional e nuclear; o conceito de paz negativa desenvolveu-se. Desde os finais da década de 60, paulatinamente, a Investigação para a Paz alcançou a sua própria identidade como campo de estudo, e os conceitos-chave passaram a ser a paz positiva e a violência estrutural. O balanço destas décadas de intenso desenvolvimento teórico por parte de académicos e/ou investigadores, revela um substancial avanço nas ciências sociais pela renovação dos estudos produzidos e pela cooperação interdisciplinar entre investigadores. Novas áreas de estudo, sob a

forma de disciplinas curriculares emergem nas Universidades, orientadas segundo o destacado modelo analítico: o predomínio da polemologia foi substituído pelo da irenologia.

Os *peace studies* adquirem um protagonismo tal, junto das instâncias de decisão do sistema internacional, que passam inclusivamente a conduzir políticas públicas de promoção da paz. Neste contexto, os estudos para a paz carecem de uma *profunda descolonização*, que na óptica de J. M. Pureza (2005) assenta numa sólida elaboração conceptual a partir do Norte e cada vez mais se justifica aprender com o Sul, e com as suas singularidades.

Uma outra necessidade para a recentragem crítica destes estudos relaciona-se com o clima adverso com que se debate: após o 11 de Setembro tende a ressurgir o paradigma realista – paz negativa. À semelhança do que acontecera após a II Guerra Mundial, os estudos para a paz parecem ter ficado de novo reféns da ideia da inevitabilidade do conflito. E a radicalização da sua abordagem crítica só poderá ser realçada se assumirem a imperfeição e a parcialidade dos conceitos subjacente à modernidade ocidental.

Francisco Munõz (2003), afirmou que considera o momento em que vivemos o mais violento da humanidade. Porém, estamos perante uma desatualização de grande parte da conceptualologia face à especificidade da “nova ordem” mundial: o tempo demorado para elaboração das novas doutrinas confronta-se com o tempo acelerado das mudanças actuais, o que nos leva ainda a encontrar desenvolvimentos dos estudos para a paz, enquadrados num paradigma que manifesta já evidentes fracturas. Este facto, por seu turno, e no âmbito de universidades e centros de investigação traduz-se, por vezes, ainda na aceitação da pretendida paz «total» ou «perfeita».

Tal situação evidencia uma dada particularidade no território europeu, uma vez que não podemos omitir o facto de que entre 1945 e 1990, os europeus conheceram o período mais longo de paz continuada de toda a sua história, sem que tenham assumido os custos inerentes à sua defesa durante a guerra fria dada a protecção norte-americana face ao iminente risco nuclear. Os conflitos na ex-Jugoslávia, os ataques terroristas de Madrid e Londres, mostraram que a guerra está mais próxima do que se poderia imaginar, porém parece quereremos continuar a não ter plena consciência de tais factos e a acreditar que podemos confiar no destino.

A mudança assume-se, pois, como uma condição essencial nos múltiplos domínios da nossa vivência em sociedade.

Os tempos de mudança, como o passado nos demonstra, são profícuos para o desenvolvimento de modelos teóricos para a compreensão do mundo que nos rodeia. A Sociologia poderá continuar a contribuir para um maior entendimento sobre quem somos e para onde tendemos a caminhar.

Na perspectiva de Samuel Huntington, as guerras do futuro podem ter mais que ver com quem somos do que com o que fazemos ou de que lado estamos, pelo que se afigura desafiante o futuro trabalho dos sociólogos. Assim o esperamos....

Bibliografia

- ARON, Raymond (1988), *Paix et Guerre entre les Nations*, Paris: Calmann-Lévy.
- BLACK, Jeremy (2001), *War in the New Century*, Londres: Continuum.
- BONIFACE, Pascal (2002), *As Lições do 11 de Setembro*, Lisboa: Livros Horizonte.
- BOUDON, R. e BOURRICAUD, F. (1992), *Dictionnaire Critique de la Sociologie*, Paris: PUF.
- BOUTHOU, Gaston (1991), *Traité de Polémologie – Sociologies des Guerres*, Paris: Payot.
- BOUTROS, Boutros-Ghali (2005), *Agenda para a Paz (nova edição com suplemento)*, Nova Iorque: Departamento de Informação, Centro de Informação das Nações Unidas.
- CASTELLS Manuel e SERRA, Narcís (eds) (2003), *Guerra y Paz en Siglo XXI*, Barcelona: Tusquets Editores.
- CHARNAY, Jean-Paul (1990), *Métastratégie – Systèmes, Formes et Principes de la Guerre Féodale à la Dissuasion Nucléaire*, Paris: Economica.
- COOPER, Robert (2006), *Ordem e Caos no Século XXI*, Lisboa: Editorial Presença.
- COUTO, Abel Cabral (2000), “Segurança e Estudos sobre a Paz” in *Nação e Defesa* nº 95/ /96:21-31.
- DAHRENDORF, Ralf (1959), *Class and Class Conflict in Industrial Society*, London: Routledge.
- DAVID, Charles-Philippe (2001), *A Guerra e a Paz*, Lisboa: Instituto Piaget.
- DOUGHERTY, James e PFALTZGRAFF, Jr. Robert (2003), *Relações Internacionais – As Teorias em Confronto*, Lisboa: Gradiva.

FERNANDES, A. José (1991), *Relações Internacionais – Factos, Teorias e Organizações*, Lisboa: Editorial Presença.

FISAS, Vicenç (2004), *Cultura de Paz y Gestão de Conflitos*, Paris: Ediciones UNESCO.

FREUND, Julien (1983), *Sociologie du Conflit*, Paris: PUF.

GALTUNG, Johan (1996), *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflit, Development and Civilization*, London: Sage.

GIDDENS, Anthony (2004), *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

HOWARD, Michael (2004), *A Invenção da Paz – Reflexões sobre a Guerra e a Ordem Internacional*, Lisboa: Guimarães Editores.

KAGAN, Robert (2003), *O Paraíso e o Poder – A América e a Europa na Nova Ordem Mundial*, Lisboa: Gradiva.

MARTÍNEZ GUZMÁN, Vicent (2004), “Teorias de la Guerra en el Contexto Político de Comienzos del Siglo XXI” in MURILLO, I. (ed) (2004), *Filosofia Práctica y Persona Humana*, Salamanca: Publicaciones Universidad Pontificia de Salamanca /Ediciones Diálogo Filosófico: 479-491.

MARTÍNEZ GUZMÁN, Vincent (2005), *Podemos Hacer las Paces. Reflexiones Éticas tras el 11-S y el 11-M*, Bilbao: Desclée De Brouwer, S.A.

MOREIRA, Adriano (2006), “O Estado do Mundo”. Encontro das Áreas Culturais: o Desafio; Palestra proferida no MDN, Lisboa: MDN

MOREIRA, C. Diogo (1994), *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa: ISCSP.

NYE, Jr. Joseph (2002), *Compreender os Conflitos Internacionais – Uma Introdução à Teoria e à História*, Lisboa: Gradiva.

POIRIER, Lucien (1994), *La Crise des Fondements*, Paris: Economica.

PUREZA, J. M. e CRAVO, Teresa (2005), “Margem Crítica e Legitimação nos Estudos para a Paz” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 71: 5-19.

RITZER, George (1993), *Teoria Sociológica Contemporânea*, Madrid: McGraw-Hill.

TERRAY, EMMANUEL (1999), *Clausewitz*, Paris: Librairie Arthème Fayard.

TERRIFF, Terry et al. (1999), *Security Studies Today*, Cambridge: Polity Press.

WALZER, Michael (2004), *A Guerra em Debate*, Lisboa: Livros Cotovia.